

CARACTERIZAÇÃO E ESTUDO DA POTENCIALIDADE E COMPETITIVIDADE DA PRODUÇÃO FAMILIAR DE REGIÕES DE FRONTEIRA¹.

Agostinho Schneiders²
Vera Maria Favila Miorin³

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte de um projeto sobre o desenvolvimento da produção familiar em áreas deprimidas do Rio Grande do Sul visando aos possíveis impactos do MERCOSUL.

Considerando a escassez de alguns recursos torna-se necessário o planejamento do espaço independente da forma de ocupação, através do reconhecimento da problemática existente para então proporcionar melhor aproveitamento dos recursos sem provocar grandes modificações na natureza.

O homem produz a paisagem geográfica pela ação que exerce sobre a natureza de diversas formas de atuação. A atividade agropastoril, por exemplo, proporciona alterações típicas em função dos aspectos geológicos, pedológicos e morfológicos da área e seu uso para as atividades afins, em outras situações pode provocar um desastre ecológico pelo impacto que realiza.

Para compreender melhor a forma de atividade, os sistemas de produção, resultante de um processo micro-econômico torna-se necessário entender algumas características de âmbito social, ambiental, de produção e estrutural que permitam determinar o grau de crescimento e o nível de desenvolvimento rural existente na área do sistema de produção.

Considerar o sistema de produção como unidade mínima de planejamento, supõe assumir o manejo do espaço físico e social, como variável fundamental para as propostas de desenvolvimento sustentável, tendo como objetivo proporcionar condições

¹ - Pesquisa financiada pela FAGERGS

² - Aluno do Curso de Geografia- UFSM. Bolsista da FAPERGS - Aperfeiçoamento.

³ - Professora do Departamento de Geociências/CCNE/UFSM e Pesquisadora do CNPq.

viáveis para que a pequena produção possa alcançar níveis de qualidade e quantidade competitivos em escala comercial.

A metodologia adotada para a realização do trabalho permite identificar os sistemas de produção, agrupando os produtores segundo a categoria sócio-econômica a que pertencem, com destaque para as relações de produção. Os sistemas de produção apresentam características próprias, conseguindo estabelecer relações sociais únicas que não se assemelham a nenhum modo de produção, pois a unidade produtiva baseada na policultura, é capaz de produzir, ao mesmo tempo, para o mercado interno e consumo próprio.

2. ABORDAGEM TEÓRICO CONCEITUAL SOBRE A SUSTENTABILIDADE DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR

O desenvolvimento do capitalismo no setor rural brasileiro e principalmente do Rio Grande do Sul ocorreu com o avanço tecnológico. A modernização deveria viabilizar o aumento da produção (alimentos no mercado interno e matéria-prima), liberação da mão-de-obra e conectar os subsistemas produtivos do sistema econômico (primário, secundário e terciário).

O setor agrícola do Brasil, obteve nas décadas de 60 e 70 novos impulsos com o crescimento na forma extensiva e intensiva.

Através do uso constante de insumos agrícolas (adubos químicos, defensivos agrícolas...) foi possível alcançar o crescimento da produtividade agrícola. Solos ácidos, que não permitiam condições de utilização agrícola, tiveram sua acidez corrigida com calcário. Solos pobres em nutrientes essenciais para as plantas foram melhorados com fertilizantes especiais a base de NPK. As ervas daninhas que até então eram inimigas das plantações foram controladas com defensivos agrícolas e sementes melhoradas geneticamente. Por sua vez, o emprego de máquinas e implementos, contribuíram para a expansão da área agricultável no país.

A monocultura intensiva de grande área passou a dominar o setor agrícola, no momento em que se delineavam os contornos de uma mundialização de economia.

A produção gaúcha que estava voltada principalmente, para a subsistência e o abastecimento do mercado interno, passou a atender também, a exportação. A soja assumiu o papel de principal produto agrícola com expansão da área cultivada sobre locais até a pouco tempo consideradas matas naturais e/ou ocupados com outras culturas alimentares e ainda sobre locais onde predominava a pecuária extensiva ou semi-extensiva.

A modernização implantou uma nova ordem de relações de produção no campo. O trabalhador antes meeiro, parceiro, ou sob outra condição na sua maioria, passou a não se relacionar com os resultados da produção. O homem rural transformou-se em assalariado, recebendo um pagamento pela venda de sua mão-de-obra ao proprietário do estabelecimento, que se tornou um empresário rural dono da produção.

Apesar do constante processo de tecnificação introduzido na pequena unidade produtiva, não ocorreu a capitalização geral no setor rural. O aumento que se verificou foi no sentido da dependência e da diversidade de produtos a serem adquiridos no mercado urbano e, em especial, aos insumos agrícolas que se constituem em bens de consumo doméstico. Essa penetração mais intensa do capital no campo resulta na maior tecnificação da lavoura, mas não significa uma capitalização do produtor.

Conforme, CHIRIBOGA & PLASA (1993), a proposta estabelecida exige um amplo conhecimento simultâneo das particularidades da economia familiar, da sociedade rural e do tipo de relações que aquela estabelece com a sociedade para conseguir sua transformação.

Portanto a microrregião como a menor unidade de planejamento, deve estabelecer propostas para a economia familiar, atendendo a sua lógica produtiva e reprodutiva. Considerar a microrregião como a menor unidade de planejamento, também, supõe assumir o manejo do espaço físico e social, como uma variável fundamental para as propostas de desenvolvimento rural. O objetivo principal é identificar os aspectos que permitam o maior desenvolvimento na área decorrentes das características produtivas e reprodutivas do meio.

Os produtores familiares por serem na maioria detentores de pequenas parcelas de terra não apresentam condições para a inserção no modelo agrícola vigente,

ficando obrigados a abdicar de suas propriedades e dando condições, como diz BRUM (1988:123) *"a ocorrência de um crescente processo de aglutinação de propriedades rurais pelos médios proprietários que vão açambarcando sempre mais parcelas de terra"*.

Entre esses expropriados do campo, muitos foram tentar vida na cidade (êxodo rural), aumentando os cinturões de miséria e, outros foram para as novas frentes agrícolas ou se agruparam passando a reivindicar terras ao governo quer como acampados nas beiras de estradas ou organizados, politicamente, em movimentos em prol da reforma agrária (MST- Movimento dos Sem Terra).

Dos que ficaram no campo e que continuaram trabalhando em suas propriedades dependendo da mão-de-obra familiar, poucos conseguiram formar capital a partir da produção e introduzir técnicas modernizantes nas atividades.

Para colocar em prática essa nova ordenação das atividades era preciso investir e para isto os produtores recorreram aos bancos, aos programas de Crédito Agrícola que se traduziam na adoção aos pacotes tecnológicos pré-estabelecidos pela política econômica nacional.

Entretanto, essa política não solucionou a crise constituída pelos excluídos do processo produtivo. Eles continuaram a ser considerados não aptos a um mercado cada vez mais exigente e competitivo, CARVALHO (1994:44)

"...a consolidação da economia agrícola capitalista, sob a égide da 'modernização conservadora' durante a década de 70, se fez sob uma estratégia social de forte política compensatória de subsídios, seja aos médios e grandes proprietários da terra seja para as agroindústrias. Tal 'modernização conservadora' foi excludente da maioria da população produtora (32 milhões de brasileiros em miséria absoluta)".

Esse modelo de desenvolvimento chamado "modernização conservadora" trouxe sérios problemas de ordem ambiental, social e econômica. A perda econômica real dos produtos em relação aos insumos caracteriza bem a crise pela qual a agricultura está passando. Esse problema é resultante da disparidade da política econômica cujas regras não são iguais para esses diferentes setores da produção.

Constatou-se que a modernização da agricultura e sua industrialização, exigiram transformações nas relações técnicas e sociais da produção como condição "sine qua non" para sua sustentação baseados nos moldes do sistema capitalista. Isso produziu fantásticas ondas migratórias, com fortes correntes de êxodo rural e, deve-se ressaltar, um drástico processo de diferenciação social com dimensões nunca antes verificadas na história do agro brasileiro.

O desenvolvimento provocado pelo processo de modernização, não se enquadra perfeitamente numa visão sistêmica, holística de desenvolvimento que deve ser evidenciado pelas categorias: econômica, social e cultural da estrutura da sociedade.

Com a exclusão de muitos do processo produtivo, a destruição dos recursos naturais e sua consequente escassez aliada às dificuldades econômicas para manter e reproduzir a estrutura produtiva, teve início, nos anos 70, questionamentos sobre o novo modelo de desenvolvimento no setor agrícola mundial.

No começo dos anos 80, com o desenvolvimento de uma conscientização ecológica (Ambientalista, Biológica), a ideologia da modernização passou a ser, seriamente, questionada. A orientação para a maximização dos lucros gerou desajustes no sistema econômico-social e ecológico, os quais podem ser identificados como: a subnutrição de grande parcela da população contrariando a lógica do aumento da produtividade que levaria a uma maior disponibilidade de produtos alimentares no mercado interno a baixo preço; alterações negativas dos recursos naturais (solos, poluição, degradação ambiental) em função da ocupação intensiva de áreas, e uso indiscriminado de agrotóxico.

Os grupos e organizações que trabalham com o novo modelo se apegam a ações coletivas, e propõem por uma agricultura sob uma nova forma de modernização. É a negação do atual modelo agrícola e a busca de um novo modelo que possa conduzir a agricultura e os agricultores a um mundo mais justo, no qual se acredita que o sistema produtivo não depende unicamente de uma simples orientação econômica; que valores como a solidariedade, identidade, autonomia e democracia são bens que contrariamente a

outros, mais reais, não são calculáveis e mensuráveis, mas dão bem-estar e satisfação humana. (JALCIONE, 1995)

Com esses movimentos surgem as idéias de uma nova diversificação agrícola, da agricultura ecológica, do ressurgimento da cooperação agrícola e a tentativa de resgatar o saber popular, no sentido de resistirem as pressões que determinam sua marginalização e a perda da própria condição de agricultor.

Novas concepções do modelo de desenvolvimento agrícola passam pelo ideal da sustentabilidade do sistema produtivo. Essa noção de desenvolvimento foi idealizada para que sua aplicação fosse concretizada de forma uniforme e não com manifestações das peculiaridades (JALCIONE, 1995).

Esse é um modelo de desenvolvimento que prioriza uma utilização racional dos recursos de um determinado meio, colocando-se como uma alternativa ao subdesenvolvimento, recusando-se a pertencer ao "desenvolvimento" imposto por poderosas estruturas que aprofundam cada vez mais a dependência.

Existem vários conceitos a respeito do que é agricultura e desenvolvimento sustentável. Todos eles de alguma forma englobam a real dimensão do fato, onde um, o mais usado por entidades que atuam nessa área é o da Global Action apud JALCIONE (1995:12) que diz que a agricultura sustentável:

"um modelo social e econômico de organização baseado na visão equitativa e participativa do desenvolvimento dos recursos naturais, com fundamentos para a atividade econômica. A agricultura é sustentável quando ela é ecologicamente bem fundada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e baseada na abordagem holística".

Em suma é a capacidade que um ecossistema tem em manter os fluxos constantes, adequando o manejo das variáveis que recompõem os elementos fundamentais para a sua manutenção: matéria e energia.

Esse modelo de desenvolvimento sustentável conforme MARTINS (1995:51), recebe diversas expressões como,.... "ecodesarrollo", "desarrollo sin

destrucción", "garantizar la sostenibilidad del desarrollo", mas o conceito nunca variou, continuando sempre com o mesmo objetivo que é: "Desarrollo sostenible es el desarrollo que satisface las necesidades presentes sin comprometer las posibilidades de las futuras generaciones de satisfacer sus propias necesidades".

Segundo MARTINS (1995), o conceito permite fazer uma interrelação entre as condições econômicas, sociais e ambientais e, também, transmite uma preocupação com o equilíbrio entre as mesmas tendo em vista alcançar o próprio desenvolvimento humano em sua mais completa concepção.

A agricultura sustentável tem como objetivo principal a manutenção da produtividade agrícola ocasionando o menor impacto ambiental alcançável, onde a maximização dos lucros seja maior e melhor possível; agricultores que estão na atividade aplicando novas tecnologias, consigam resolver os problemas considerados graves como, por exemplo, a pobreza, e assim facilitem o acesso dos produtos às camadas mais exigentes do mercado. Disso ocorrerá melhores condições de vida e acesso cada vez maior às camadas sociais; produzir com segurança alimentos saudáveis e, ainda, poderá obter a garantia de um agroecossistema sustentável no futuro.

A noção do modelo de desenvolvimento sustentável por ser um programa relativamente novo precisa responder a alguns desafios que lhe são impostos: no campo científico, carece de uma proposta mais consistente através de estudos técnicos que demonstrem a praticidade e aceitação pelas estruturas ligadas ao setor. É necessário integrar os conhecimentos técnico e científicos da agroecologia e valorizar os conhecimentos acumulados do passado, desenvolvê-los e adaptá-los para as condições atuais. A tradição camponesa e o avanço do conhecimento científico devem convergir para produzir tecnologias que respondam as condições sociais, ambientais e econômicas do mundo de hoje:

- a sua legitimação no plano da experimentação social e produtiva deverá integrar as prioridades da pesquisa dentro de uma perspectiva da preservação e descoberta de novos campos de atuação;

- um outro ponto importante a ser equacionado, sob essa nova visão de desenvolvimento sustentável, é como proceder para integrar as questões técnicas, ambientais e sociais;

- o fortalecimento das organizações dos pequenos produtores é uma questão essencialmente política, mas também de organização da produção, da comercialização e da transformação agroindustrial. Em suma é uma questão de educação gerencial, tecnológica e ambiental;

- as discussões sobre agricultura sustentável devem polarizar basicamente duas questões:

* busca de novas práticas produtivas,

* novo projeto de produção,

São dois itens de fundamental importância que vão ditar os rumos desse modelo que carece de mais opções dentro dessa nova visão de desenvolvimento auto-sustentável.

Esse novo modelo de desenvolvimento sustentável pode ser aplicado a todos os tipos de propriedades, porém é bem aceito em áreas onde a pequena propriedade é predominante. Isso se explica pelo fato de que o pequeno produtor marginalizado pelo processo de "modernização conservadora", por causa da pequena quantidade de recursos disponíveis, opta por uma nova alternativa de produção que seja economicamente viável garantindo-lhe a permanência no meio rural.

É uma proposta relativamente barata para sua implementação, por priorizar o aproveitamento racional dos recursos existentes no meio. Esse é o motivo principal pelo qual os pequenos produtores aderem à essa alternativa de produção. A implementação do processo é lento e, conseqüentemente, o retorno não é imediato. Ele se dá basicamente de duas formas:

- quando existe uma conscientização sobre a problemática em questão, o trabalho pode ser realizado individualmente, pois as vantagens do novo processo já foram assimiladas;

- quando existem dúvidas sobre o sucesso desse novo modelo, a forma de trabalhar adotada deverá ser em grupo (forma associativa). A implementação deverá

obedecer a etapas que, gradativamente, serão superadas com trabalho e conscientização do produtor sobre as vantagens do modelo.

Esse novo modelo, portanto, prioriza a forma associativa de trabalho, ao combinar aproveitamento racional de tempo e espaço e investimentos financeiros no setor. A forma associativa permite maior sustentabilidade ao conjunto das propriedades, pois apresenta uma variedade de atividades econômicas geradas a partir do intenso trabalho realizado no seu interior.

Conforme CARVALHO (1994:43)

“a agricultura familiar poderá representar, á curto e médio prazos, alternativa estrutural da economia brasileira à criação de postos de trabalho e, em decorrência, um processo (ao lado do aumento real dos salários) significativo de distribuição de renda. E, se acrescida do acesso à terra, também de distribuição de renda. E, se acrescida do acesso à terra, também de distribuição de riqueza”.

É necessário apostar na pequena propriedade familiar apesar de ocupar um quarto das terras agricultáveis e sofrer todo tipo de dificuldades impostas pelas políticas agrícolas. A pequena propriedade familiar é responsável pela produção da maior parte dos alimentos e gera trabalho para a grande maioria da população que vive no meio rural do sul do Brasil.

Pela sua dinâmica interna (rotação e diversidade de culturas, integração entre a produção animal e vegetal, reciclagem de energia), as pequenas propriedades familiares são eleitas como o ambiente mais favorável para a construção do desenvolvimento rural, equitativo e sustentável.

As vantagens de realizar uma agricultura sustentável conveniente ao solo são inúmeras:

- os nutrientes extraídos pelas culturas são repostos;
- as condições físicas do solo se mantêm (estrutura, porosidade, densidade, textura);
- não há aumento de ervas daninhas, pestes ou outras enfermidades;
- não há aumento da acidez ou de elementos tóxicos no solo;

- erosão é controlada com sementeira, diretamente sobre a palha de alguma variedade que objetiva preparar o solo para receber as sementes.

Essa forma de produzir evita a elevação dos custos de produção como a aquisição de insumos, contatos demasiados com agrotóxicos, e portanto, proporcionando ao produtor uma condição de vida mais sadia. As conseqüências também são favoráveis pois fornecem alimentos sem resíduos tóxicos, mais saudáveis para o consumo e diminui a degradação do agroecossistema como um todo.

Esta proposta está condicionada a socialização do conhecimento, ou melhor, a uma nova concepção da construção do conhecimento, já que a apropriação do saber pelos agricultores é fundamental para o alcance à agricultura sustentável.

Pensar ações para desenvolver uma agricultura sustentável requer analisar a atividade agro-pecuária na sua totalidade, interação componentes biológicos, técnicos, culturais e sócio-econômicos. É necessário apoiar-se na interrelação entre o conhecimento científico e o dos agricultores (conhecimento empírico).

Este é um desafio que se coloca para agricultores, educadores, instituições públicas e organizações da sociedade civil, enfim para todo o conjunto da sociedade, pois o desenvolvimento no meio rural é parte fundamental do desenvolvimento do país. Há também a necessidade de ampliar o debate em torno da construção de um novo paradigma que se dirija ao encontro do desenvolvimento rural sustentável. Trata-se de uma tarefa complexa e por isso exige a participação dos diversos segmentos da sociedade.

3. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A. "Da Ideologia do Progresso à Idéia de Desenvolvimento (Rural) Sustentável". Conferência Internacional "Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável". UFRGS, Porto alegre, 19 a 22 de setembro de 1995.

AFFIN, O. A. & SANTOS, N. A. "O que é Enfoque Sistêmico". In: Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, 28(3) : 57-68, Jun/set. 1990.

BRASIL, Ministério das Minas e Energia. Léxico Estratigráfico do Brasil. Brasília 1984.

- _____. **Mapa Geológico e Geomorfológico do Rio Grande do Sul.** Brasília, 1989, escala 1:000 000.
- BRITO, M. S. & SILVA, T. S. "O papel da Pequena Produção na Agricultura Brasileira". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. 44(2): 191-261, Abril/Jun. 1982.
- CARNEIRO, M. J. "Pluriatividade: Uma Resposta à Crise da Exploração Familiar?" *PIPSA* (Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura. XVII Encontro Nacional do Pipsa. Rumos da Pesquisa Social na Agricultura na Virada do Século. Porto Alegre - UFRGS, Campus Central 25 a 28 de outubro de 1994.
- CHIRIBOGA, A. M. & PLASA, O. **O Desarrollo Rural Microrregional y Descentralización.** San José; Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 1993. (Série Documentos de Programas).
- GUERRA, T. A. **Dicionário Geológico e Geomorfológico.** 8ª Edição, Rio de Janeiro, 1993.
- HOFFMANN, E. R. de al. **Rio grande do Sul. Aspectos da Geografia.** 2ª Ed., Porto Alegre, Ed. Martins Livreiro, 1992.
- KARNOPP, E. **O Pequeno Feirante: Reserva para O Capitalismo em Expansão.** Santa Maria, RS. 1993 (Projeto de Dissertação de Mestrado)
- LAMARCHE, H. A. **A Agricultura Familiar.** Campinas, Ed. Unicamp, 1993.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária. Divisão de Pesquisa Pedológica. **Levantamento dos Solos do Estado do Rio Grande do Sul.** Recife, Boletim Técnico N° 30 Convênios: MA/DPP SA/DRNR. INCRA/RS MA/DPP SA/DRNR.
- MOREIRA, I. & COSTA, R. H. **Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1986.
- REUNIÃO BRASILEIRA DE MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA, 10, Florianópolis, SC, 1984. **Resumos.** Florianópolis: SBCS, 1994. 428p.
- ROSA, S. L. C. Estratégias Agrícolas e Pequena Produção Familiar no Brasil na Década de 80. *PIPSA* (Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura). XVII ENCONTRO NACIONAL DO PIPSA, Rumos da Pesquisa Social na Agricultura na Virada do Século. Porto Alegre - UFRGS, Campus Central 25 a 28 de outubro de 1994.

- WANDERLEY, M. de N. B. & LOURENÇO, F. A. "O Agricultor Familiar e a Sociabilidade no Espaço Local. Notas Sobre um Estudo Comparativo". *PIPSA* (Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura). XVII ENCONTRO NACIONAL DO PIPSA. Rumos da Pesquisa Social na Agricultura na Virada do Século. Porto Alegre - UFRGS, Campus Central 25 a 28 de outubro de 1994.

RESUMO: CARACTERIZAÇÃO E ESTUDO DA POTENCIALIDADE E COMPETITIVIDADE DA PRODUÇÃO FAMILIAR DE REGIÕES DE FRONTEIRA

A idéia apresentada sobre o pensamento ecológico e desenvolvimento sustentável, no final deste século, está inserida de uma complexidade nos seus significados. Possibilita a elaboração de novos modelos em diversos campos de atuação. Considerando essas diversidades, a pluriatividade pode ser uma solução para a manutenção mais durável e equilibrada do patrimônio familiar, mas é necessário ressaltar que essa categoria genérica de pluriativos esconde diferentes dinâmicas de reprodução social. Estruturam-se novas formas de produção fundadas sobre a produção em escala variada baseados na auto-sustentabilidade e na diminuição dos custos objetivando identificar os aspectos que permitem um maior desenvolvimento na área partindo das características produtivas e reprodutivas do meio. A necessidade de se integrar ao sistema de produção sob uma visão sistêmica, holística, assegurando ganhos pessoais e coletivos, garante a reprodução do desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Sustentável, Agricultura Sustentável, Pequena Produção Familiar, Agroecossistemas, Auto-Sustentabilidade.

ABSTRACT: THE CHARACTERIZATION AND STUDY OF THE POTENTIALITY AND COMPETITIVE OF THE FAMILIAR PRODUCTION OF THE BORDER REGIONS

The idea that is showed about the ecology and sustainable development at the end of this century, it is a great amount of complexity on his meanings. These give us opportunity to constructing new patterns and different places of work. Considering these diversification, the varied activity may be the solution for to maintaing a more durable and balanced familiar patrimony. But it is necessary to point that this the generic category of varied activity hide a different dynamics of the social reproduction. New types of production are made based in the self-sustainable form and in the decreasing of costs, what

help us to identify the aspects that allow us more development in the area from the productive and reproductive characteristics of the ambient. The necessity of to integrate the production systems under a systemic and hollistic vision giving the chance of the personal and collective earnings in order to sustaining the reproduction of the sustainable development.

Key Words: Sustainable Development, Sustainable Agriculture, Small Familiar Production, Agronomy Ecological Systems, Self-Sustainable.